REVISTA DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

EDITORIAL

DOSSIÊ AS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL: FUNDAMENTOS TEÓRICOS, PRÁTICAS EDUCATIVAS E TENSÕES CONTEMPORÂNEAS

DOSSIER THE CONTRIBUTIONS OF CULTURAL-HISTORICAL THEORY TO SPECIAL EDUCATION: THEORETICAL FOUNDATIONS, EDUCATIONAL PRACTICES, AND CONTEMPORARY TENSIONS

Daniele Nunes Henrique SILVA
Fabrício Santos Dias de ABREU
Ana Paula de FREITAS

Organizadores

O volume treze, número três da ***Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial (RDPEE)*** do ano de 2026, é constituído por 9 arquivos, sendo 1 editorial e 8 artigos, Fascículo v. 13 n. 3 (2026): Dossiê – As contribuições da Teoria Histórico-Cultural para a Educação Especial: fundamentos teóricos, práticas educativas e tensões contemporâneas.

https://doi.org/10.36311/2358-8845.2026.v13n3.e026023

This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

EDITORIAL

DOSSIÊ AS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL: FUNDAMENTOS TEÓRICOS, PRÁTICAS EDUCATIVAS E TENSÕES CONTEMPORÂNEAS

DOSSIER THE CONTRIBUTIONS OF CULTURAL-HISTORICAL THEORY TO SPECIAL EDUCATION: THEORETICAL FOUNDATIONS, EDUCATIONAL PRACTICES, AND CONTEMPORARY TENSIONS

Daniele Nunes Henrique SILVA[1]

Fabrício Santos Dias de ABREU[2]

Ana Paula de FREITAS[3]

Organizadores do dossiê

APRESENTAÇÃO

A Educação Especial, compreendida em suas múltiplas determinações históricas, políticas, sociais e pedagógicas, constitui um campo de conhecimentos e práticas marcado por disputas teóricas, contradições institucionais e desafios persistentes quanto à efetivação do direito à educação (Glat; Ferndades, 2005). No

[1] Doutora em Educação com estágio de Pós-Doutorado em Psicologia Social. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar da Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: daninunes74@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8174-2967.

[2] Doutor em Educação com estágio de Pós-Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: fabra201@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3055-5704.

[3] Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, São Paulo, Brasil. E-mail: freitas.apde@gmail.com. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1570-1996.

contexto contemporâneo, em que se ampliam os debates sobre a inclusão escolar e sobre o direito das pessoas com deficiência à participação plena nos processos educativos, permanecem contradições que desafiam a consolidação de uma educação efetivamente inclusiva. Ao mesmo tempo em que se fortalecem marcos legais e políticas orientadas pelo reconhecimento da diversidade humana, intensificam-se processos de medicalização da infância, individualização das dificuldades escolares e produção de diagnósticos que, muitas vezes, deslocam para a criança explicações relativas às condições sociais, institucionais e pedagógicas de escolarização. A esse cenário somam-se profundas desigualdades educacionais, que incidem de maneira particularmente intensa sobre estudantes com deficiência e podem restringir suas possibilidades de acesso ao conhecimento e de participação na vida coletiva da escola (Pletsch; Mendes, 2024).

Diante dessas contradições, torna-se fundamental retomar perspectivas teóricas capazes de interrogar criticamente concepções naturalizantes e biologizantes do desenvolvimento humano e da deficiência, bem como explicações que localizam exclusivamente no indivíduo as causas de suas dificuldades e possibilidades de desenvolvimento. Nesse horizonte, a Teoria Histórico-Cultural, especialmente a partir das contribuições de Lev Semionovitch Vigotski e de seus colaboradores, oferece fundamentos para compreender o desenvolvimento humano como um processo histórico, social e culturalmente constituído. Nessa perspectiva, as funções psicológicas superiores não são concebidas como capacidades naturais que amadurecem de maneira espontânea ou previamente determinada, mas como formações que se constituem nas relações sociais e na apropriação dos sistemas simbólicos produzidos historicamente pela humanidade (Vigotski, 2000).

Tal compreensão modifica também o modo de conceber a deficiência. Em vez de tomá-la como condição individual suficiente para explicar os limites e as possibilidades de desenvolvimento, desloca-se a análise para as relações entre as condições orgânicas, o meio, as formas de participação cultural e as oportunidades educativas concretamente disponibilizadas. Esse posicionamento não significa

desconsiderar as particularidades orgânicas ou funcionais dos sujeitos, mas compreendê-las em sua relação dinâmica com as condições históricas e culturais de existência, nas quais seus efeitos sobre o desenvolvimento adquirem forma e significado (Bøttcher; Silva; Freitas, 2025). É nessa trama de relações que a linguagem, as interações sociais, a mediação simbólica e a organização intencional do ensino assumem papel central na constituição do psiquismo e na criação de novas possibilidades de desenvolvimento. Para a Educação Especial, isso implica deslocar o olhar das limitações individuais para as condições de participação social, de apropriação dos conhecimentos e de acesso às formas historicamente elaboradas da cultura.

Em "Sobre a questão da dinâmica do caráter infantil", Vigotski (2005) critica concepções psicológicas que compreendem o caráter como uma estrutura estática, estável e biologicamente determinada. Para o autor, as características do desenvolvimento se transformam em função das condições sociais, o que torna problemática a atribuição de classificações rígidas aos sujeitos, uma vez que estas tendem a desconsiderar o caráter processual de sua constituição.

Essa formulação ultrapassa a discussão específica sobre o caráter infantil e alcança os próprios fundamentos metodológicos da investigação psicológica. Para Vigotski (2005), a ciência não deve se limitar à identificação, à descrição e à classificação das manifestações observáveis, mas buscar compreender os processos e as relações que participam de sua produção. Ao recuperar a perspectiva dialética, o autor sustenta que "a essência dos objetos" deve ser investigada no movimento de sua constituição (VIGOTSKI, 2005, p. 2). Essa proposição assume especial relevância para a Educação Especial, pois permite problematizar avaliações e diagnósticos que convertem manifestações particulares e circunstanciais do desenvolvimento em características fixas e definitivas dos sujeitos (Silva; Ribas; Freitas, 2026). Ao fazê-lo, tais práticas podem obscurecer tanto o caráter dinâmico do desenvolvimento quanto as relações sociais e as condições educativas que participam de sua constituição.

É justamente a partir dessa compreensão processual e relacional do desenvolvimento que Vigotski evidencia que o desenvolvimento da pessoa com

deficiência não corresponde simplesmente a uma versão quantitativamente diminuída daquele considerado típico. Trata-se de um processo qualitativamente singular, cuja dinâmica envolve possibilidades de reorganização funcional, constituição de caminhos alternativos de desenvolvimento e emergência de novas formas de participação na vida social (Abreu; Pederiva, 2021).

Vigotski (2011) apresenta uma compreensão do desenvolvimento cultural que ultrapassa a linearidade dos processos de maturação orgânica. Ao discutir os caminhos indiretos de desenvolvimento, demonstra que a cultura oferece instrumentos e formas de mediação capazes de reorganizar a atividade psicológica diante de obstáculos que dificultam determinadas formas de ação. Nesse contexto, afirma que "tudo o que é cultural é social" (Vigotski, 2011, p. 864), reafirmando a inseparabilidade entre a constituição das funções psicológicas superiores e as condições históricas de participação dos sujeitos na vida coletiva.

A deficiência, nessa perspectiva, não determina, por si mesma, os destinos do desenvolvimento, pois seus efeitos são mediados pelas condições sociais e pelas possibilidades de acesso aos instrumentos técnico-semióticos. Ao discutir as possibilidades de compensação cultural, Vigotski (2011, p. 869) sustenta que "o desenvolvimento cultural é a principal esfera em que é possível compensar a deficiência". Essa proposição não deve ser interpretada como defesa de uma compensação automática ou espontânea, mas como reconhecimento da importância das condições educativas e das mediações socialmente organizadas para a constituição de caminhos alternativos de desenvolvimento (MECACCI, 2017). Assim, a educação assume papel decisivo não apenas por favorecer a aquisição de conhecimentos, mas por participar da reorganização qualitativa das relações funcionais que constituem o psiquismo humano.

É a partir desse compromisso teórico, ético e político que apresentamos o dossiê "As contribuições da Teoria Histórico-Cultural para a Educação Especial: fundamentos teóricos, práticas educativas e tensões contemporâneas". A coletânea reúne investigações que, mediante diferentes objetos, procedimentos metodológicos e

contextos educacionais, reafirmam a fecundidade da Teoria Histórico-Cultural para a compreensão crítica dos processos de desenvolvimento e escolarização de pessoas com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e outras singularidades historicamente atravessadas por processos de exclusão.

Os textos que compõem este dossiê não se limitam à apresentação de conceitos teóricos, mas os articulam às problemáticas concretas do campo educacional. Em seu conjunto, procuram tensionar interpretações cristalizadas sobre aprendizagem, diagnóstico, desenvolvimento, trabalho docente e inclusão, evidenciando que a produção do conhecimento científico também participa das disputas em torno das concepções de sujeito, escola e sociedade.

Abrindo as discussões, o artigo "*A organização sistêmica do psiquismo humano: uma análise histórico-cultural*", de Fabiana Luzia de Rezende Mendonça, Daniele Nunes Henrique Silva e Fabrício Santos Dias de Abreu, recupera as contribuições de Vigotski e Luria para compreender as funções psicológicas superiores como constituintes de um sistema dinâmico, complexo e historicamente organizado. Ao discutir a interdependência funcional dos processos psicológicos, os autores problematizam interpretações localizacionistas e fragmentárias do funcionamento psíquico, destacando a plasticidade neuronal, a solidariedade funcional e as possibilidades de reorganização do sistema psicológico diante de comprometimentos neurológicos. Essa perspectiva encontra fundamento na proposição vigotskiana de que "a relação entre as funções psicológicas superiores foi outrora relação real entre pessoas" (Vigotski, 2000, p. 25). A organização do sistema psicológico, portanto, não pode ser reduzida ao funcionamento isolado de estruturas orgânicas, pois as relações interfuncionais se constituem nas experiências sociais e nas formas culturalmente organizadas de atividade. Ao destacar o papel da mediação cultural e da organização intencional das práticas pedagógicas na formação de novas relações interfuncionais, o artigo contribui para pensar a Educação Especial para além da identificação das limitações, situando a atividade educativa como condição para a emergência de novas possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento.

Em diálogo com essa discussão, o artigo "*Diagnóstico histórico-cultural en un caso con problemas de aprendizaje*", de Daniel Rosas Alvarez, Laura Santiago Reyes e Pedro Luis Isaac Bautista Cruz, apresenta as contribuições da avaliação neuropsicológica histórico-cultural para a compreensão das dificuldades de aprendizagem. A partir de um estudo de caso envolvendo uma criança de sete anos, os autores demonstram como a análise sindrômica e a análise estrutural da atividade possibilitam ultrapassar a descrição imediata dos sintomas, identificando mecanismos funcionais relacionados às dificuldades apresentadas e suas repercussões sistêmicas na atividade escolar. Nessa perspectiva, o diagnóstico deixa de operar como mera classificação das manifestações observáveis e assume caráter explicativo, voltado à compreensão da dinâmica do desenvolvimento e à organização de intervenções fundamentadas nas particularidades do sujeito. O estudo reafirma, assim, a necessidade de uma avaliação que não cristalize as dificuldades como características definitivas, mas contribua para a produção de novas possibilidades de aprendizagem.

Se os dois primeiros artigos aprofundam fundamentos teóricos e metodológicos necessários à compreensão do desenvolvimento humano, os trabalhos seguintes deslocam a discussão para as condições concretas em que se realizam as práticas educativas e os processos de inclusão.

No artigo "*O trabalho docente e o paradoxo da educação inclusiva*", Luciete Valota Fernandes e Julia Hellen Santos Ribas e analisam as contradições vivenciadas por professores no cotidiano de uma escola pública de ensino especial, a partir de uma experiência de estágio em Psicologia Escolar. As autoras evidenciam que a efetivação da inclusão não pode ser compreendida exclusivamente como resultado de disposições individuais ou de competências técnicas dos profissionais da educação. Ao contrário, encontra-se profundamente relacionada às condições de trabalho, às relações institucionais, à valorização docente e às possibilidades de organização coletiva. A intensificação das demandas profissionais, a sobrecarga emocional e a insuficiência de reconhecimento do trabalho pedagógico revelam tensões que atravessam a materialização do direito à educação.

A análise dessas contradições reafirma a necessidade de compreender a atividade docente em sua historicidade e nas condições objetivas em que o trabalho pedagógico se realiza. Sob a perspectiva histórico-cultural, a escola não constitui um espaço neutro, mas uma instituição social atravessada por relações de poder, disputas e possibilidades de transformação. Reconhecer o professor como sujeito fundamental na organização das mediações educativas implica, portanto, compreender que suas possibilidades de atuação também são condicionadas pelas circunstâncias institucionais, políticas e materiais nas quais desenvolve seu trabalho.

O artigo "*Rehabilitación y corrección que conduce al desarrollo en la edad preescolar*", de Yulia Solovieva, Marcela Cristina Moraes e Luis Quintanar, aprofunda as contribuições da neuropsicologia e da psicologia histórico-cultural para a compreensão e a intervenção diante das dificuldades do desenvolvimento na idade pré-escolar. Os autores destacam a necessidade de articular a análise da organização funcional do cérebro às condições sociais em que se constituem as ações culturais e os processos psicológicos da criança. Nessa perspectiva, a reabilitação e a correção não se restringem à identificação de déficits ou à intervenção sobre funções isoladas, mas pressupõem a transformação das condições de vida, das relações sociais e das atividades que participam do desenvolvimento infantil. O estudo reafirma, assim, a importância de intervenções intencionalmente organizadas, capazes de criar condições favoráveis à reorganização funcional e à emergência de novas possibilidades de desenvolvimento, especialmente diante de condições orgânicas e sociais desfavoráveis.

A centralidade das relações sociais e da mediação pedagógica também se expressa no artigo "*O papel da educação infantil para o desenvolvimento da linguagem oral da criança CODA: o que revelam os estudos?*", de Karlla Patrícia Zloccowick Borner de Oliveira e Ana Paula de Freitas. Ao investigar a produção científica sobre o desenvolvimento linguístico de crianças ouvintes filhas de pais surdos, as autoras problematizam os desafios e as possibilidades educativas decorrentes das experiências bilíngues e biculturais vivenciadas por essas crianças. Fundamentado na compreensão histórico-cultural da linguagem como processo socialmente mediado, o estudo destaca

a importância da Educação Infantil na ampliação das experiências comunicativas e na constituição de condições favoráveis ao desenvolvimento da linguagem.

Ao compreender que as formas de funcionamento psicológico se constituem inicialmente nas relações entre as pessoas, a perspectiva histórico-cultural permite reconhecer que diferentes experiências linguísticas e culturais participam da organização de trajetórias singulares de desenvolvimento. Nessa direção, a diversidade linguística não deve ser compreendida como expressão de insuficiência, mas como dimensão constitutiva das experiências sociais dos sujeitos. Ao identificar a escassez de investigações sobre a temática, o artigo evidencia ainda a necessidade de ampliar o debate acerca da diversidade linguística e cultural nos espaços educativos.

Outra problemática contemporânea que atravessa a Educação Especial refere-se à crescente tendência de interpretar dificuldades escolares a partir de explicações predominantemente biomédicas. Essa questão é abordada no artigo "*A medicalização da educação e as queixas escolares nos anos iniciais do Ensino Fundamental*", de Brender Augusto Moreira de Souza Vale e Janaína Cassiano Silva. Por meio de uma investigação documental sobre crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental, os autores analisam as relações entre queixas escolares, diagnósticos de transtornos do neurodesenvolvimento e utilização de psicofármacos. Os resultados evidenciam a presença de práticas que podem favorecer a individualização de problemas produzidos em contextos educacionais e sociais mais amplos.

A crítica à medicalização encontra sustentação na recusa histórico-cultural de explicações que reduzam o desenvolvimento às determinações orgânicas ou às manifestações imediatamente observáveis. Nessa perspectiva, transformar dificuldades escolares em atributos individuais pode obscurecer as condições concretas de escolarização e as relações que participam de sua produção. O artigo contribui, assim, para recolocar no centro do debate as determinações sociais, institucionais e pedagógicas implicadas nas queixas escolares.

Ampliando o debate para o Ensino Superior, o artigo "*Orientação profissional e inclusão: articulação no ensino superior*", de Letícia Negrisoli e Lúcia Pereira Leite,

discute as contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para o desenvolvimento educacional e profissional de estudantes universitários com deficiência. A partir da implementação de um programa remoto de desenvolvimento profissional, as autoras analisam possibilidades de intervenção voltadas à construção de projetos profissionais e à ampliação das condições de participação desses estudantes na vida acadêmica e no mundo do trabalho. O estudo evidencia que a inclusão no Ensino Superior não se esgota nas políticas de ingresso e permanência, exigindo também iniciativas institucionais que considerem os processos de desenvolvimento subjetivo, as expectativas profissionais e as oportunidades concretas de inserção social.

Essa discussão recupera uma dimensão importante da concepção dinâmica do desenvolvimento: a necessidade de compreendê-lo não apenas em sua história, mas também em suas tendências e possibilidades futuras. Nessa perspectiva, práticas de orientação profissional não devem reduzir as expectativas de estudantes com deficiência às condições já estabelecidas, mas contribuir para a construção de possibilidades futuras em articulação com as oportunidades socialmente produzidas.

Ainda no contexto universitário, o artigo "*Inclusão, exclusão e perspectivas de pessoas com autismo que concluíram a educação superior em Porto Velho/RO*", de Kétila Batista da Silva Teixeira e Rafael Fonseca de Castro, apresenta uma análise das vivências de pessoas autistas egressas do Ensino Superior na Amazônia Ocidental. Fundamentado na Teoria Histórico-Cultural e nas contribuições vigotskianas acerca da defectologia, o estudo evidencia contradições entre o acesso à universidade e a efetivação de condições institucionais de inclusão. Os relatos dos participantes revelam experiências marcadas por preconceito, bullying e insuficiência de suporte institucional, ao mesmo tempo que destacam a importância das redes familiares e das estratégias mobilizadas durante suas trajetórias acadêmicas.

As experiências analisadas permitem reafirmar que a inclusão não se reduz ao acesso ou à presença no espaço universitário. Se as condições sociais e culturais participam da constituição das possibilidades de desenvolvimento, a ausência de mediações adequadas e a permanência de barreiras institucionais podem restringir a

participação e a apropriação do conhecimento. A efetivação da inclusão exige, portanto, transformações nas relações sociais e nas condições educativas que organizam a experiência acadêmica.

Considerados em conjunto, os artigos evidenciam a potência da Teoria Histórico-Cultural para a análise de problemas que, embora se manifestem em diferentes etapas e modalidades de ensino, compartilham determinações históricas e sociais. A organização sistêmica do psiquismo, as possibilidades de reorganização funcional, a avaliação das dificuldades de aprendizagem, as condições do trabalho docente, a diversidade linguística, a medicalização da infância e as experiências de estudantes com deficiência no Ensino Superior constituem dimensões de uma problemática comum: compreender o desenvolvimento humano em sua complexidade e reconhecer a educação como atividade social fundamental para a constituição de possibilidades de humanização.

Um aspecto transversal às contribuições reunidas neste dossiê é a crítica às interpretações que transformam diferenças de desenvolvimento em justificativas para a restrição das oportunidades educativas. Sob uma perspectiva histórico-cultural, reconhecer as particularidades de cada sujeito não significa estabelecer antecipadamente os limites de suas possibilidades, mas investigar as condições concretas nas quais determinadas funções se desenvolvem, se reorganizam ou encontram obstáculos à sua constituição. Essa compreensão exige deslocar o olhar das supostas insuficiências individuais para as relações entre sujeito, cultura, educação e condições sociais de existência.

Nesse sentido, a proposição vigotskiana acerca dos caminhos indiretos de desenvolvimento oferece uma contribuição fundamental para a Educação Especial. Ao deslocar o foco das limitações individuais para as condições concretas em que se constituem as possibilidades de aprendizagem, desenvolvimento e participação, essa formulação permite compreender que avaliações, diagnósticos e classificações não podem substituir a análise das relações sociais, das mediações e das condições educativas que organizam a experiência dos sujeitos. Reconhecer o caráter histórico,

processual e relacional das formações psicológicas significa, portanto, recusar interpretações que tomam manifestações observáveis ou resultados diagnósticos como expressão suficiente da totalidade do desenvolvimento humano.

Nessa direção, a defesa de uma Educação Especial comprometida com a inclusão não pode ser reduzida à presença física dos estudantes nos espaços escolares, tampouco à implementação de adaptações pedagógicas concebidas de maneira desarticulada dos processos de ensino e aprendizagem. A inclusão demanda a organização intencional de práticas educativas capazes de garantir o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos, favorecer a participação nas atividades coletivas e ampliar as possibilidades de desenvolvimento de todos os estudantes. Pressupõe, portanto, compreender que o ensino não deve simplesmente acompanhar aquilo que já se encontra consolidado no desenvolvimento, mas criar condições para a emergência de novas formações psicológicas (Silva; Padilha, 2025).

Ao mesmo tempo, os estudos apresentados demonstram que as possibilidades de transformação educacional não dependem apenas da ação individual dos professores. As práticas pedagógicas se realizam em instituições atravessadas por políticas públicas, condições materiais, relações de trabalho, concepções de deficiência e disputas sobre os sentidos da educação. Por essa razão, uma perspectiva crítica da Educação Especial precisa articular a análise dos processos singulares de desenvolvimento à compreensão das determinações sociais mais amplas que organizam as oportunidades de escolarização (Mendonça et al., 2024).

É importante reconhecer, contudo, que a Teoria Histórico-Cultural não oferece respostas prontas para os desafios contemporâneos da Educação Especial. Sua fecundidade reside justamente na possibilidade de formular novas perguntas, tensionar categorias consolidadas e produzir interpretações que considerem as contradições dos fenômenos investigados. Nesse movimento, a interlocução entre fundamentos teóricos e investigações empíricas torna-se indispensável para evitar tanto a utilização meramente instrumental dos conceitos quanto sua reprodução descontextualizada.

Ao reunir pesquisadores e pesquisadoras dedicados à investigação de

diferentes dimensões da Educação Especial, este dossiê pretende contribuir para o aprofundamento do debate acadêmico e para o fortalecimento de práticas educativas fundamentadas em uma concepção histórica, dialética e social do desenvolvimento humano. Mais do que apresentar resultados de pesquisas, a coletânea convida à reflexão sobre os sentidos da educação, os limites das instituições e as possibilidades de construção de experiências formativas que assegurem participação, apropriação da cultura, aprendizagem e desenvolvimento.

A escolha da obra *A queda*, da artista Ana Gabriela do Vale Gomes (Figura 1), para compor a capa deste dossiê não se constitui como uma decisão meramente estética, mas expressa um posicionamento teórico, ético e político que atravessa as reflexões aqui reunidas. Produzida por uma artista com deficiência múltipla, a obra apresenta, por meio da linguagem artística, experiências e sentimentos relacionados à existência em uma sociedade marcada por relações capacitistas, nas quais as diferenças humanas são frequentemente convertidas em justificativas para a exclusão, a desvalorização e a negação de direitos. A imagem da queda, nesse contexto, pode ser compreendida como expressão das contradições entre as possibilidades de existência e participação dos sujeitos e as condições sociais que, reiteradamente, lhes negam sustentação, reconhecimento e pertencimento. Sob a perspectiva histórico-cultural (Vigotski, 1999), a produção artística não se reduz à manifestação individual de sentimentos, pois constitui uma forma de elaboração simbólica da experiência humana, na qual vivências singulares se articulam às relações sociais e às condições históricas de existência. Assim, a obra permite problematizar o capacitismo não como uma experiência exclusivamente individual, mas como expressão de relações sociais que produzem barreiras à participação e ao desenvolvimento humano.

Figura 1 – A queda.



Fonte: Ana Gabriela do Vale Gomes, 2026.

Ao eleger essa produção artística como expressão visual do dossiê, reafirmamos também a necessidade de reconhecer as pessoas com deficiência como sujeitos históricos, produtores de cultura, conhecimentos e sentidos sobre o mundo. A presença da obra na capa desloca a pessoa com deficiência da condição de objeto de investigação para o lugar de autoria e produção cultural, tensionando práticas acadêmicas e sociais que historicamente silenciaram suas experiências e restringiram suas possibilidades de expressão. A necessidade de sustentação e acolhimento evocada pela artista estabelece, ainda, uma relação com os fundamentos da Educação Especial na perspectiva histórico-cultural, segundo os quais as possibilidades de desenvolvimento não podem ser dissociadas das condições concretas de participação social e das mediações culturalmente organizadas. Nessa direção, a queda não deve ser interpretada como destino individual, tampouco como consequência inevitável da

deficiência, mas como possibilidade de interrogar criticamente uma organização social que nem sempre oferece as condições necessárias à participação plena de todos. A escolha da obra reafirma, portanto, o compromisso deste dossiê com a dignidade humana, com o direito à diferença e com a transformação das condições sociais e educacionais que sustentam processos de exclusão, reconhecendo na arte uma forma legítima de expressão, resistência e afirmação da humanidade.

Pensar a Educação Especial a partir da Teoria Histórico-Cultural significa, por fim, assumir um compromisso ético e político inegociável com a defesa da democracia, da educação pública, dos direitos humanos e da justiça social, em oposição aos projetos autoritários e excludentes que naturalizam as desigualdades, legitimam a segregação e transformam as diferenças humanas em justificativas para a negação de direitos. Significa reconhecer que nenhuma condição orgânica, social ou cultural pode determinar antecipadamente os destinos do desenvolvimento humano, tampouco servir de fundamento para restringir as possibilidades de participação na vida coletiva. Defender uma Educação Especial fundamentada na perspectiva histórico-cultural significa reafirmar a dignidade humana, o reconhecimento das diferenças e o compromisso com a garantia de direitos, compreendendo a educação como um direito inalienável e uma prática social comprometida com a superação das desigualdades, a ampliação das possibilidades de desenvolvimento humano e a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e emancipada.

REFERÊNCIAS

ABREU, Fabrício Santos Dias de; PEDERIVA, Patrícia Lima Martins. **O desenvolvimento da pessoa com deficiência na teoria histórico-cultural**: caminhos indiretos e compensação. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 12, n. 1, e41900, 2021. DOI: não informado. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/porescrito/article/view/41900. Acesso em: 13 set. 2026.

BØTTCHER, Louise; SILVA, Daniele Nunes Henrique; FREITAS, Ana Paula de. **Vygotsky, disability and the problem of age**: understanding developmental difficulties of children with 22q11.2 deletion syndrome. Mind, Culture, and Activity, 2026. DOI: https://doi.org/10.1080/10749039.2026.2684559. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10749039.2026.2684559. Acesso em: 21 out.

2026.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira**. Inclusão: Revista da Educação Especial**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 35-39, out. 2005.

MECACCI, Luciano**. Vygotskij**: sviluppo, educazione e patologia della mente. Roma: Giunti; São Paulo: Loyola, 2017.

MENDONÇA, Fabiana Luzia de Rezende; SILVA, Daniele Nunes Henrique; SILVA, Kátia Oliveira da; SOUZA, Pedro Henrique Mendonça de. O coletivo, a criação e os processos compensatórios na inclusão. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 41, n. 124, p. 33-46, 2024. DOI: https://doi.org/10.51207/2179-4057.20240002. Disponível em: https://revistapsicopedagogia.com.br/revista/article/view/81. Acesso em: 21 out. 2026.

PLETSCH, Márcia Denise; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi. Cartografias da educação inclusiva na educação especial: produção científica, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 30, e143p, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-54702024v30e143p. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/m83TGFWyPS6PFqxTBTCQD4J/. Acesso em: 21 out. 2026.

SILVA, Daniele Nunes Henrique; RIBAS, Luana; FREITAS, Ana Paula de. Psicodiagnóstico e inclusão escolar: críticas e contribuições de Vigotski. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 52, e297347, 2026. DOI: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202652297347por. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/WzHQK76pRZXgYnhb5T3dJnF/. Acesso em: 21 out. 2026.

SILVA, Régis Henrique dos Reis; PADILHA, Anna Maria Lunardi. Contribuições dos estudos defectológicos de Vigotski para a inclusão escolar de estudantes com deficiência. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 29, e283764, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-3539-2025-283764. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/kQN6ZXC5VFCshVQjdZzPsJG/. Acesso em: 21 out. 2026.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Psicologia da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 863-869, dez. 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S1517-97022011000400012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/x987G8H9nDCcvTYQWfsn4kN/. Acesso em: 21 out. 2026.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. Manuscrito de 1929 [Psicologia concreta do homem]. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 71, p. 21-44, jul. 2000. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-73302000000200002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/hgR8T8mmTkKsNq7TsTK3kfC/. Acesso em: 21 out. 2026.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. Sobre a questão da dinâmica do caráter infantil. Tradução de Zoia Prestes. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 10-11, p. 1-10, jan.-dez. 2005. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/23989 . Acesso em: 21 out. 2026.